

## taATA DA 15ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL PARA GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, na sala de reuniões da Diretoria de Infraestrutura (DIE), localizada no oitavo andar da Torre I do Palácio da Justiça “Ministro Luiz Gallotti”, sede do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, sito na rua Doutor Álvaro Millen da Silveira, n. 208, centro, nesta cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros do Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (CGRPG) instituído pela Resolução TJ n. 20, de 5 de setembro de 2014, deste tribunal, e ato de nomeação consubstanciado na Portaria GP n. 248, de 13 de abril de 2016. Estiveram presentes os seguintes membros: 1) juiz Laudenir Fernando Petroncini, magistrado indicado pelo Tribunal (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, I); 2) juíza Candida Inês Zoellner Brugnoli, magistrado escolhido pelo Tribunal, a partir de lista de inscritos (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, II); 3) juiz Edison Zimmer, magistrado eleito por votação direta entre os magistrados do primeiro grau (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, III); 4) servidora Emylia Buchner Scalco Carneiro, servidora escolhida pelo Tribunal, a partir de lista de inscritos (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, IV); 5) servidor Olacir Gonçalves, servidor eleito por votação direta entre os servidores (Resolução CNJ n. 194, art. 5º e V); 6) servidor Guilherme Peres Fiuza Lima, representando o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (SINJUSC), sem direito a voto. O juiz Laudenir Fernando Petroncini, Presidente do Comitê, iniciou a reunião saudando os presentes, ficando consignada a ausência justificada da juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, representante da Associação de Magistrados Catarinenses (AMC). Na sequência, passou a palavra aos servidores e membros do SINJUSC, Guilherme Peres Fiuza Lima e Eliane Pavanello para explanarem sobre os estudos realizados pelo sindicato com relação à Resolução nº 219. Foi informado que houve prorrogação do prazo para que os Tribunais deem cumprimento às determinações. Segundo o Sindicato, a Resolução apresenta algumas falhas, tais como: produtividade com base no número de processos baixados, sendo que atendimentos, júris, audiências, trabalho de oficiais de justiça, psicólogos, assistentes sociais, processos suspensos por determinação dos tribunais não são considerados; fórmula apresentada na Resolução para definição da lotação paradigma não é adequada; e, problemas frequentes com o SAJPG5 acabam influenciando negativamente na produtividade. Após o término da apresentação do SINJUSC, a juíza Candida Inês Zoellner Brugnoli sugeriu a instauração de processo administrativo (SPA) para que o Comitê possa reunir os dados relativos à equalização da força de trabalho entre o primeiro e o segundo grau de jurisdição, bem como à repercussão financeira da criação da Diretoria de Primeiro Grau, referida na reunião anterior pela ASPLAN. Também foi deliberado sobre a

criação de processo administrativo (SPA) para compilação dos dados referentes à Resolução nº 219 do CNJ, a cargo da servidora Emylia Buchner Scalco Carneiro, bem como solicitação de cópia do processo sobre a criação da Diretoria do Primeiro Grau, pelo que ficou responsável o presidente do Comitê, juiz Laudenir Fernando Petroncini. O Comitê entende que deve participar de todas as discussões do processo que propõe sugestões para o alcance da Resolução nº 219 do CNJ. A seguir, o coordenador de planejamento, João Anfilóquio Machado Junior, fez breve exposição sobre a Tabela de Lotação de Pessoal, utilizada para embasar o cálculo de equalização da força de trabalho entre primeiro e segundo graus. Ainda, informou que o Comitê será convidado para participar das reuniões de ajuste orçamentário. A reunião encerrou-se às 13 horas. Nada mais havendo para constar, encerra-se a presente ata, cuja minuta foi encaminhada por correio eletrônico para aprovação dos presentes. A coleta das assinaturas dar-se-á na próxima reunião.

Laudenir Fernando Petroncini  
PRESIDENTE DO COMITÊ  
MAGISTRADO INDICADO PELO TRIBUNAL

Candida Inês Zoellner Brugnoli  
MAGISTRADO ESCOLHIDO PELO TRIBUNAL

Edison Zimmer  
MAGISTRADO ELEITO POR VOTAÇÃO DIRETA ENTRE OS MAGISTRADOS DO PRIMEIRO GRAU

Emylia Buchner Scalco Carneiro  
SERVIDORA ESCOLHIDA PELO TRIBUNAL

Olacir Gonçalves  
SERVIDOR ESCOLHIDO POR VOTAÇÃO DIRETA ENTRE OS SERVIDORES DO PRIMEIRO GRAU

Guilherme Peres Fiuza Lima  
REPRESENTANTE SINJUSC